



PARECER PRÉVIO Nº 9/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10193/2013.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença
- 4- **Exercício:** 2012
- 5- **Responsável:** Raimundo Nonato Souza Martins (Prefeito Municipal)
- 6- **Advogado:** Jameson Damasceno Pinheiro de Menezes - OAB/AM nº 3339 e Ana Lucia Salazar de Sousa - OAB/AM 7173
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP e DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2765/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença. Exercício de 2012.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais. Determinação.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das Contas Gerais da Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença, na competência atribuída pelo art. 11, inc. II, da Resolução nº 04, de 23.05.2002, referente ao exercício de 2012, gestão do **Sr. Raimundo Nonato Souza Martins**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “b”, da Lei nº 2.423/96;

10.2. Determinar à Câmara Municipal de São Paulo de Olivença, o cumprimento do art. 127, §§ 5º e 6º da CE/AM, em especial o **prazo de 60 dias** para julgar o Parecer Prévio deste Tribunal.

- 11- **Ata:** 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 4 de Maio de 2021



PARECER PRÉVIO Nº 9/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO

Conselheiro

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 9/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 9/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10193/2013.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença
- 4- **Exercício:** 2012
- 5- **Responsável:** Raimundo Nonato Souza Martins (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Jameson Damasceno Pinheiro de Menezes - OAB/AM nº 3339 e Ana Lucia Salazar de Sousa - OAB/AM 7173
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP e DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2765/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença. Exercício de 2012.

Irregularidade. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas da **Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença**, referente ao exercício de 2012, tendo como responsável o **Sr. Raimundo Nonato Souza Martins**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, em razão das falhas citadas no Relatório/Voto;

10.2. Determinar a glosa no montante de **R\$ 2.066.610,09** (dois milhões, sessenta e seis mil, seiscentos e dez reais e nove centavos) em alcance do **Sr. Raimundo Nonato Souza Martins**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelos motivos discriminados no Relatório/Voto. O valor deverá ser recolhido **no prazo de 30 dias** aos cofres municipais, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM:

10.2.1. No valor de R\$ 387.001,00 (trezentos e oitenta e sete mil e um reais), por despesas decorridas sem a comprovação de sua real



ACÓRDÃO Nº 9/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 9/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

necessidade, tais como, fornecimento de alimentos, cestas básicas e locação de embarcação fluvial, conforme itens 23, 24 e 25, da fundamentação do Relatório/Voto;

- 10.2.2.** No valor de R\$ 56.583,20 (cinquenta e seis mil, quinhentos e oitenta e três reais e vinte centavos), em solidariedade com o Sr. João Lúcio Galvão Gonçalves, engenheiro contratado, pela ausência de elementos/documentos (relatórios técnicos periódicos, planilhas de medição, termo de recebimento provisório/definitivo, diário de obra assinado pelo fiscal e outros serviços técnicos) que comprovem a efetiva atuação na prestação de serviço de assessoria e fiscalização técnica em engenharia civil, objeto da Carta Convite nº 001/2012, item 38.14, da fundamentação do Relatório/Voto;
- 10.2.3.** No valor de R\$ 78.878,06 (setenta e oito mil, oitocentos e setenta e oito reais e seis centavos), pela ausência de identificação de documento que comprove a destinação e/ou aplicação da compra de material hidráulico, na Carta Convite nº 009/2012, item 40.15, da fundamentação do Relatório/Voto;
- 10.2.4.** No valor de R\$ 44.340,00 (quarenta e quatro mil, trezentos e quarenta reais), pela ausência de elementos/documentos que comprovem o efetivo fornecimento, bem como, identificação da destinação das centrais de condicionador de ar, da Carta Convite nº 002/2012, item 41.11, da fundamentação do Relatório/Voto;
- 10.2.5.** No valor de R\$ 78.580,00 (setenta e oito mil, quinhentos e oitenta reais), pela ausência de elementos/documentos que comprovem o efetivo fornecimento, bem como, identificação da destinação dos materiais elétricos adquiridos, na Carta Convite nº 008/2012, item 42.15, da fundamentação do Relatório/Voto;
- 10.2.6.** No valor de R\$ 76.850,00 (setenta e seis mil, oitocentos e cinquenta reais), em solidariedade com a Empresa Nicson M Lima Transportes-ME, pela ausência de elementos/documentos que comprovem o efetivo fornecimento, bem como, identificação da destinação dos materiais adquiridos (cimento), na Carta Convite nº 007/2012, item 43.12, da fundamentação do Relatório/Voto;
- 10.2.7.** No valor de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), pela ausência de elementos/documentos que comprovem o efetivo fornecimento, bem como, identificação da destinação dos materiais adquiridos (cimento), na Carta Convite nº 016/2012, item 44.15, da fundamentação do Relatório/Voto;
- 10.2.8.** No valor de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), pela ausência de elementos/documentos que comprovem o efetivo fornecimento, bem como, identificação da destinação dos



ACÓRDÃO Nº 9/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 9/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

materiais adquiridos (caixa d'água), na Carta Convite nº 010/2012, item 45.11, da fundamentação do Relatório/Voto;

10.2.9. No valor de R\$ 1.248.877,83 (um milhão, duzentos e quarenta e oito mil, oitocentos e setenta e sete reais e oitenta e três centavos), em solidariedade com a Empresa Marreira Construções e Com. de Prod. Alimentícios Ltda., pela ausência dos Boletins de medição, caracterizando de forma precisa as etapas e serviços concluídos e suas respectivas correspondências com o edital, com o instrumento contratual e com o cronograma físico-financeiro, aprovados pela fiscalização e assinado pelo preposto da contratada e pelo gestor do contrato (Art. 63, § 2º, III da Lei 4.320/64 c/c os arts. 66 e 67 da Lei 8666/93); e Registros fotográficos da obra/serviço (antes, durante e após a conclusão); na Carta Concorrência nº 001/2012, item 48, da fundamentação do Relatório/Voto;

10.2.10. No valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), referente à importância paga à contratada na fonte de recurso 103-COSIP, de uma obra contemplada integralmente com Recursos Federais, conforme afirma a DICOP, item 49.34, da fundamentação do Relatório/Voto.

10.3. Determinar multa ao Sr. Raimundo Nonato Souza Martins, Prefeito e ordenador de despesa:

a) No valor de R\$ 1.706,80 (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), conforme art.54, inciso I, "a", da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso I, "a", da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM por todos os meses em que os demonstrativos contábeis foram entregues com atraso (janeiro a dezembro/2012), perfazendo o montante de **R\$ 20.481,60** (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), constante no item 20, da fundamentação do Relatório/Voto, que devem ser recolhidos na esfera Estadual através de Documento de Arrecadação – DAR avulso para órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ sob o código 5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando o DERE autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM. O recolhimento deve ser feito **no prazo de 30 dias**;



ACÓRDÃO Nº 9/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 9/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

b) No valor de R\$ 1.706,80 (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), conforme art. 54, inciso I, "b", da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso I, "b", da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM por cada bimestre (3º e 4º bimestres/2012) em que foi entregue com atraso o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, perfazendo o montante de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), constante no item 18, da fundamentação do Relatório/Voto, que devem ser recolhidos na esfera Estadual através de Documento de Arrecadação – DAR avulso para órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ sob o código 5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM. O recolhimento deve ser feito **no prazo de 30 dias**;

c) No valor de R\$ 1.706,80 (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), conforme art. 54, inciso I, "c", da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso I, "c", da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM por cada semestre (1º e 2º semestres/2012) em que foi entregue com atraso o Relatório de Gestão Fiscal, perfazendo o montante de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), constante no item 22, da fundamentação do Relatório/Voto, que devem ser recolhidos na esfera Estadual através de Documento de Arrecadação – DAR avulso para órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ sob o código 5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM. O recolhimento deve ser feito **no prazo de 30 dias**;

d) No valor de **R\$ 68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), nos casos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, conforme os termos do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 04/2018-TCE/AM, pelas impropriedades



ACÓRDÃO Nº 9/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 9/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

constantes nos itens 19, 21, 26 a 37, 38.8 a 38.13, 39.13 a 39.21, 40.10 a 40.14, 41.5 a 41.10, 42.9 a 42.14, 43.6 a 43.11, 44.11 a 44.14, 45.6 a 45.10, 46.6 a 46.24, 47.8 a 47.10, 48 e 49.14 a 49.33, da fundamentação do Relatório/Voto, que devem ser recolhidos na esfera Estadual através de Documento de Arrecadação – DAR avulso para órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ sob o código 5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM. O recolhimento deve ser feito **no prazo de 30 dias**;

e) No valor de **R\$ 34.135,98** (trinta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), conforme os termos do art. 54, inciso V, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso V, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM, por atos de gestão ilegítimo e antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, itens 23, 24, 25, 38.14, 40.15, 41.11, 42.15, 43.12, 44.15, 45.11 e 49.34, da fundamentação do Relatório/Voto, que devem ser recolhidos na esfera Estadual através de Documento de Arrecadação – DAR avulso para órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ sob o código 5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM. O recolhimento deve ser feito **no prazo de 30 dias**;

10.4. Recomendar ao Poder Executivo (Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença):

- a)** que atente no cumprimento do art. 38, caput da lei 8.666/93, no tocante à autuação, numeração e protocolização dos processos administrativos, item 47.6, da fundamentação do Relatório/Voto;
- b)** que formalize adequadamente os processos de dispensa de licitação nos termos da Lei nº 8.666/93, com observância da necessidade de elaboração de parecer jurídico, exigível no art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, item 47.7, da fundamentação do Relatório/Voto.



ACÓRDÃO Nº 9/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 9/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

10.5. Determinar o encaminhamento ao Ministério Público do Estadual, nos termos do art. 190, inciso III, alínea b da Resolução nº 04/2002-RI-TCE, para que possa tomar as medidas que considerar cabíveis.

11- Ata: 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de Maio de 2021

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral